

UMA ANÁLISE DA EVIDENCIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DA CONAB SOB A PERSPECTIVA DA NBC T 15

An Analysis of the Social Responsibility Disclosure of CONAB from the Perspective of NBC T 15

Elen Duran da Silveira¹

Altair Borgert²

Luiz Alberton³

Sandro Vieira Soares⁴

RESUMO

A divulgação de informações sociais e ambientais está cada vez mais sendo exigida pelas sociedades contemporâneas. Este estudo teve como objetivo principal trabalhar essas informações divulgadas pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, a qual faz parte da administração indireta do governo federal. Por ser a CONAB empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e operacionalizar alguns dos principais programas do governo, inclusive de distribuição de alimentos e regulação de mercado, torna-se necessário que as informações de natureza social e ambiental sejam claras e objetivas, além de cumprirem os normativos que as regulam como a NBC T 15. Nesse sentido, foi direcionada a pesquisa para a análise da Demonstração das Informações de Natureza Social e Ambiental, com o objetivo de entender como a CONAB está evidenciando a responsabilidade social e ambiental sob a perspectiva da NBC T 15. O trabalho esclarece quais são os itens a serem aprimorados, para que sejam atendidas às exigências da NBC T 15 e quais os que aderiram a essa exigência. Para tanto, o trabalho dividiu a análise em contextualização de responsabilidade social e ambiental, sua demonstração, a NBC T 15 e por fim, uma breve apresentação da empresa estudada.

Palavras-chave: Responsabilidade Social; Balanço Social; NBC T 15.

ABSTRACT

The disclosure of social and environmental information is increasingly being required by contemporary societies. This study aimed at working that information disclosed by the Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, which is part of the indirect administration of the federal government. As the CONAB public company under the Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, and operationalize some of the major government

1 Professora do Centro Universitário Municipal de São José - USJ e contadora da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, Brasil. Discente do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina - PPGC/UFSC, Brasil, nível strictu sensu. Contato: elen.duran@ig.com.br

2 Professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Brasil, do Bacharelado e do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade dessa instituição (PPGC/USFC, Brasil). Possui doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Brasil. Contato: borgert@cse.ufsc.br

3 Professor da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Brasil, do Bacharelado e do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade dessa instituição (PPGC/USFC, Brasil). Possui doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Brasil. Contato: alberton@seplan.ufsc.br

4 Pesquisador da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Brasil. Discente do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina - PPGC/UFSC, Brasil, nível strictu sensu. Contato: sandrovieirasoes@hotmai.com

programs, including food distribution and regulation of the market, it becomes necessary for the information of social and environmental responsibilities are clear and objective in addition to complying with the regulations that govern how the NBC T 15. In this sense, the research was aimed at analyzing the Information Statement of Social and Environmental in order to understand how the CONAB is highlighting the social and environmental responsibility from the perspective of NBC T 15. The paper clarifies which items to be improved so that it met the requirements of the NBC T 15 and which have acceded to this demand. To this end, the work divided the analysis in context of social and environmental responsibility, its statement, NBC T 15 and finally, a brief presentation of the company studied.

Key words: Social Responsibility; Social Report; NBC T 15.

INTRODUÇÃO

A evidenciação das informações sociais pelas empresas como complemento da Contabilidade Financeira é tema pesquisado desde meados do século passado. O tópico específico de divulgação das informações sociais, munido de características próprias, aparece a partir de 1980. Todavia, em virtude da importância e amplitude, esse assunto continua a ser para muitos um tema recente, pois os usuários das informações contábeis estão mais exigentes e temas como esse não podem ficar a margem do processo contábil. (EUGÊNIO, 2010).

Evidenciar as informações sociais é uma forma de prestar contas aos usuários das informações contábeis, garantindo a correta análise da administração da entidade pela sociedade (SOUZA; RÁSIA; JACQUES, 2010). Pesquisas sobre o tema em epígrafe se justificam por contribuir para o discurso social, ao criar um quadro crítico empenhado na investigação da veracidade e autenticidade da informação relatada. (EUGÊNIO, 2010).

Vale destacar que esse tema ainda se encontra em fase embrionária, de acordo com Eugênio (2010), quando comparado, por exemplo, com a longa história da evidenciação financeira. Assim, muitas questões surgiram: como os objetivos das evidenciações; as características qualitativas que essas informações devem possuir; os destinatários desses relatos; os diversos formatos de apresentação entre outras.

Apesar das discussões acerca do tema, a exigência da sociedade quanto às informações sociais e ambientais é crescente, inclusive na administração pública. O Estado se organiza para

atender à coletividade, e conseqüentemente atender a sua responsabilidade social, seu objetivo fim: o social (FREY, 2008). Para Souza, Rásia e Jacques (2010) as empresas públicas e privadas são agentes sociais no processo de desenvolvimento e a sua dimensão delas não é restrita a determinada sociedade, cidade, país, e sim, no modo que se organiza e, principalmente, atua por meio de atividades essenciais.

A Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB - é uma empresa pública Federal, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a qual possui como missão: “contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento”. É uma empresa que visa contribuir com a qualidade de vida do produtor agrícola e manter políticas de abastecimento para que a população do país não sofra com a escassez desses produtos.

A empresa tem como obrigação social a demonstração conforme foi exposto, e tendo em vista que no Brasil existe um normativo, a NBC T 15, que visa a padronização desta demonstração, a Demonstração de Informação Social e Ambiental, deve ser cumprida pela CONAB.

Diante do exposto, segue a questão norteadora da presente pesquisa: Como a CONAB evidencia a responsabilidade social e ambiental na perspectiva da NBC T 15?

O presente estudo se justifica pela necessidade de a administração pública possuir a responsabilidade social e demonstrá-la para a sociedade, de forma transparente e consistente, cumprindo com normativos impostos.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social se apresenta anterior a sua demonstração à sociedade. Segundo Santolin (2005), responsabilidade social para uns está associada a responsabilidade legal, enquanto para outros, pode significar um comportamento socialmente responsável no sentido ético; ou ainda, pode transmitir a ideia de contribuição voluntária e associação a uma causa específica. Está relacionada à sociedade na qual está inserida e em que tempo, tornando-se, portanto, dinâmica, ou seja, mudanças temporais e variando de acordo com cada sociedade. Além desses conflitos na conceituação, Macedo (2009) apresenta outros: *stockholders* e *stakeholders*, em que uma nega e outra incentiva essas práticas sociais. Santolin e Frey (2005) acreditam que, apesar de parecer simples, o conceito de responsabilidade social consiste em difícil compreensão, pois as pessoas têm diferentes crenças sobre quais ações resultarão no aprimoramento do bem estar.

Mas tão importante quanto à responsabilidade social, está a divulgação dessas informações. Para Beuren *et al.* (2010), a decisão de quanto e quais informações serão disponibilizadas nos demonstrativos contábeis consiste num desafio para as empresas diante de uma sociedade mais questionadora sobre as questões ambientais e sociais relacionadas direta e indiretamente com os seus negócios.

2.1. HISTÓRIA DO BALANÇO SOCIAL

A necessidade de publicação das informações sociais e ambientais é recente. O Instituto Ethos (2007) afirma que foi na década de 70 que começaram as primeiras experiências em balanço social, e em 1977, a França legislou sobre a obrigatoriedade de publicação de práticas trabalhistas da empresa, se contivesse mais de 750 funcionários.

No Brasil, Braga *et al.* (2008) informam que o tema da responsabilidade social começou na década de 1960, quando a Constituição da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE) foi o marco em 1961. Essa associação introduziu o assunto "Balanço Social". Em 1984, o pesquisador

João Eduardo Prudêncio Tinoco publicou o primeiro trabalho de natureza acadêmica: uma dissertação de mestrado apresentada no Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP.

Em 1997, o sociólogo Herbert de Souza (Betinho) representando o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, juntamente com a Petrobrás e Gazeta Mercantil, promoveram uma campanha de divulgação do Balanço Social, tomou grande repercussão nacional, com o seguinte slogan: "primeiro passo para uma empresa tornar-se uma verdadeira empresa-cidadã" (MARTINS, BERNARDO e MADEIRA; 2002).

Em 1998, foi criado o Instituto Ethos, cuja missão "é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável" (ETHOS, 2011). O Instituto Ethos liderou, em 2002, um grupo de entidades não governamentais que criou o prêmio Balanço Social, para difundir como instrumento de transparência das ações da empresa. (RIBEIRO, 2005).

Em 2004, o Conselho Federal de Contabilidade publicou a NBC T 15 (Norma Brasileira de Contabilidade Técnica), a qual estabelece regras mínimas para a publicação de Informações de Natureza Social e Ambiental.

2.2. O QUE EVIDENCIAR NO BALANÇO SOCIAL

A importância das evidenciações de informações que compreendem questões relacionadas à preocupação social e ambiental das empresas possui algumas razões, como por exemplo a tomada de decisões, Castro, Siqueira e Kubrusly (2007) afirmam que as organizações asseguram que tenham segurança de que os recursos investidos em ações sociais não gerem ônus, aumento de preço ou diminuição da qualidade do produto.

Segundo Calixto (2008), o equilíbrio entre os benefícios gerados pelos empreendimentos econômicos e financeiros com a preservação do meio ambiente e os impactos provocados por tais atividades devem ser diminuídos, possibilitando o atendimento a tais questões. O autor completa

ainda que a principal justificativa para que as instâncias pública e privada promovam o bem-estar social e permitam a continuidade e manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações é o desenvolvimento sustentável.

Outra razão para direcionar a atenção em relação à divulgação de informações referentes à preocupação das empresas com questões sociais e ambientais é que frequentes estudos têm mostrado resultados positivos na relação com o desempenho organizacional. Abreu et al. (2009) identificaram sinais positivos dos coeficientes estimados das regressões entre conduta social e performance econômica, em que, aquelas que continham condutas socialmente responsáveis obtiveram melhor aproveitamento nas performances econômicas. A busca por mercados é outra questão de interesse para as empresas. É necessário atender às exigências dos mercados para entrar e permanecer neles. Para Azevedo e Cruz (2006), aceitava-se que num sistema de mercado livre o principal objetivo da empresa fosse a maximização do lucro. Essa busca incessante por resultados acabou por degradar o meio ambiente, a sociedade relacionada àquela empresa e as relações de trabalho. O autor salienta que nesse contexto passou a fazer parte dos planos estratégicos os objetivos sociais que as envolvem, entre outros o bem estar da população.

2.3 PADRONIZAÇÃO DE BALANÇOS SOCIAIS E A NBC T 15

Como apresentado, várias foram as intenções de criar modelos para que não se perdesse a comparabilidade de informações. Inicialmente foi criado pelo IBASE o modelo, que depois foi complementado pelo Instituto Ethos e em 2004, com aplicabilidade para 2006, o CFC (Conselho Federal de Contabilidade). Para Carvalho (2007), medir o grau de responsabilidade de uma empresa é difícil por ser relativo.

A NBC T 15 (2004) veio para dirimir essa disparidade, estabelecendo aspectos mínimos a serem evidenciados pelas empresas. Para Silva e Freire (2001), adotou-se a prática de externalizar aspectos positivos e não evidenciar o real papel da organização, através do balanço social. O normativo

estabelece que informações de natureza social e ambiental são a riqueza que é gerada e distribuída, os recursos humanos, a interação da empresa com o seu ambiente externo e a interação com o meio ambiente.

Os modelos Brasileiros de Balanço Social mais conhecidos são o do Instituto Ethos e IBASE. Este vem sendo amplamente utilizado por ser simples e objetivo, o que serve de estímulo para que muitas empresas passem a publicá-lo e, conseqüentemente, possibilitando a comparação (TORRES JUNIOR; SILVA, 2008). Esse modelo é utilizado pela empresa analisada, a qual é complementada por partes textuais. Muitas das exigências da NBC T 15 são sanadas pelo modelo como veremos na análise dos dados.

O normativo – NBC T 15 – estabelece que a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental evidencie dados e informações de natureza social e ambiental da entidade. Podem, esses dados, ser extraídos ou não da contabilidade, porém não se confundem com as notas explicativas. Em prol da comparação, o mínimo exigido é publicação contendo a demonstração do ano anterior. Para Beuren et al. (2010), os elementos de evidenciação das informações de natureza social e ambiental, exigidas pela NBC T 15, possuem o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e responsabilidade social e ambiental das empresas.

A norma estabelece em seu item 15.1.2 os itens que representam as informações de natureza social e ambiental: geração e distribuição de riqueza; recursos humanos; interação da entidade com o ambiente externo; e, por fim, interação com o meio ambiente. A geração e distribuição de riqueza, deve ser apresentada conforme a Demonstração do Valor Adicionado, definida na NBC T 3.

O item 15.2.2, referente a recursos humanos, é mais criterioso, tendo em vista que é definido somente na NBC T 15, sem outro normativo para complementar essa exigência. Os dados referentes à remuneração e benefício, assim como a composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas deverão estar demonstrados. Também serão evidenciados a remuneração e benefícios dos empregados, administradores, terceirizados

e autônomos. A remuneração bruta deverá segregar e conter a relação entre maior e menor remuneração, considerando apenas, empregados e administradores. Os gastos com encargos sociais, alimentação, transporte, previdência privada, saúde, segurança e medicina do trabalho, educação (excluídos os de educação ambiental), cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílio-creches também deverão ser evidenciados, assim como participações nos lucros ou resultados.

A composição do item recursos humanos será obtida através dos seguintes totais: empregados no final do exercício; admissões e demissões; estagiários no final do exercício; portadores de necessidades especiais no final do exercício; prestadores de serviços terceirizados no final do exercício; por sexo; por faixa etária (menores de 18 anos, de 18 a 35 anos, de 36 a 60 anos, cima de 60 anos); por nível de escolaridade (analfabetos, ensino fundamental, ensino médio, ensino técnico, ensino superior e pós-graduados); percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo. Nas informações sobre ações trabalhistas movidas por empregados contra a empresa, serão evidenciados em números: processos trabalhistas movidos contra a entidade; processos trabalhistas julgados procedentes; processos trabalhistas julgados improcedentes; valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.

A interação da entidade com o ambiente externo (item 15.2.3) compreende dados sobre o relacionamento entre a empresa e a comunidade, clientes, fornecedores e incentivos. No tocante à comunidade, o normativo estabelece que os dados referentes ao investimentos deverão ser evidenciados: educação (exceto a de caráter ambiental); cultura; saúde e saneamento; esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária; e, alimentação. No que se referem aos clientes, as informações são quanto ao número de reclamações recebidas diretamente na entidade, recebidas por meio da Justiça e atendidas em cada instância arrolada; assim como o montante de multas e indenizações a clientes e

ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações.

As evidenciações quanto à interação da entidade com o meio ambiente compreendem os seguintes investimentos e gastos: manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade; educação ambiental para a comunidade; e, com outros projetos ambientais. Também integra a evidenciação da interação da entidade com o meio ambiente, a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente; e contingências ambientais.

MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

A metodologia desta pesquisa é classificada como descritiva quanto ao objetivo, como estudo de caso quanto à limitação do objeto estudado, como qualitativa quanto à abordagem de dados, como documental, segundo a fonte de dados, além de possuir um posicionamento observacional sobre o objeto de estudo, ou seja, a empresa.

A presente pesquisa é descritiva, pois demonstra de forma detalhada como as informações sociais devem ser divulgadas sob a perspectiva da NBC T 15. (GIL, 1999).

O presente estudo de caso da CONAB abrange evidenciações das informações de natureza social e ambiental investigada nos Balanços Sociais de 2005 a 2009. Possui como estratégia geral proposições teóricas que refletem a questão da pesquisa, as revisões feitas na literatura sobre o assunto e as novas interpretações que possam surgir (YIN, 2001).

Foi desenvolvida uma descrição de caso, com estratégia analítica específica de séries temporais (pesquisa de 2005 a 2009), que fez uso da pesquisa qualitativa. Deve-se ressaltar que a pesquisa é predominantemente qualitativa, porque se pretende identificar a abrangência das informações que estão

sendo divulgadas e fazer observações a respeito do resultado.

O estudo ainda se caracteriza como pesquisa documental. Segundo Rodrigues (2007, p. 45), “pesquisa documental é a que se vale, se não unicamente, pelo menos básica ou predominantemente de documentos como fonte de informação.” E conforme Heerdt e Leonel (2006, p. 73), “a pesquisa documental assemelha-se muito com a pesquisa bibliográfica [...]. Enquanto a pesquisa documental utiliza fontes primárias a pesquisa bibliográfica utiliza fontes secundárias.” Dentro do entendimento dos autores deste trabalho, os Balanços Sociais analisados constituem uma fonte primária de informação.

Os Balanços Sociais da empresa foram extraídos do site oficial do governo federal, analisados inicialmente, seção do demonstrativo que está no modelo IBASE e posteriormente gerados índices e questionamentos para serem identificadas respostas na parte textual. Foi adotado esse procedimento por ter, o modelo IBASE, a discriminação dos valores e dados mais simplificados e de forma direta, o que torna a comparação mais objetiva com o proposto pela NBC T 15.

Aqueles aspectos não encontrados no modelo IBASE, publicados pela instituição e necessários pela NBC T 15, foram posteriormente pesquisados na parte textual. Portanto a pesquisa nas publicações da CONAB se deu através de três etapas: 1) análise dos dados publicados no formato IBASE, comparando-os com o exigido pela NBC T 15; 2) análise dos demais dados, não constantes no modelo IBASE, na parte textual das publicações; 3) questionamentos firmados através da análise e comparação das publicações e dos índices, levando-se em conta as séries temporais.

A caracterização da operacionalização do estudo ainda pode ser classificada, segundo a concepção de Marconi e Lakatos (2010, p. 173) como observação, pois esta “é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações que utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar”.

A justificativa para a escolha do estudo de caso se baseia em dois fatos: o primeiro foi o acesso dos pesquisadores ao ambiente interno da instituição o que serviu para facilitar o processo de coleta de dados e de interpretação dos dados e o segundo foi a própria peculiaridade da instituição estudada, que não possui similar no mercado. A outra empresa mantida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, que embora possua organização jurídica similar a CONAB, possui uma função social e mercantil completamente diversa.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A CONAB é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com a finalidade de diversificar a produção agrícola e a formação de estoques públicos, para regular o abastecimento interno e garantir segurança alimentar e nutricional da população brasileira. Essa entidade tem um papel social em destaque, pois objetiva impedir que a sociedade brasileira sofra com as sazonalidades do mercado quando o contexto é a distribuição de alimentos. A regulação do mercado ocorre com a implementação de políticas públicas e mecanismos de apoio à produção, comercialização, armazenamento, formação e manutenção dos estoques públicos. Dentre as estratégias, a CONAB utiliza a aquisição agrícola diretamente do produtor com o objetivo de garantir qualidade de vida e preços mínimos ao mercado; venda de estoques públicos por meio de leilões para interferir nos preços; programa de venda de balcão, para garantir que os criadores e agroindústrias de pequeno porte tenham acesso aos estoques oficiais; distribuição de cestas de alimentos às famílias ou grupos sociais em situação de insegurança alimentar entre outras. (Relatório de gestão, 2009).

4.1 GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA

A NBC T 15, estabelece que a Geração e Distribuição de Riqueza deverá ser apresentada conforme a DVA. Portanto esse dado foi analisado da seguinte forma:

Pela análise dos dados da DVA, percebe-se que a distribuição da riqueza gerada pela CONAB, em sua maior parte, está sendo direcionada aos seus colaboradores e, em seguida, ao governo. Menos de 10% é retido pela empresa e um valor próximo a zero está sendo direcionado ao acionista (governo) e terceiros.

Houve uma queda de mais de 10% no direcionamento dos recursos aos empregados de 2006 a 2007, não mais recuperada no período analisado. Vários quesitos foram levantados a partir da análise da Figura 1. Um deles é a preocupação com o conhecimento dos empregados sobre a distribuição da riqueza gerada pela CONAB aos empregados. No Balanço Social publicado em 2006 e 2007, houve uma pequena preocupação em informar. Em 2008, começa a preocupação da empresa em relação à publicação quanto ao corpo funcional, porém, não há menção, exceto pela DVA, de quanto da riqueza gerada pela empresa está sendo direcionada para os empregados.

Outras questões levantadas pela análise da Figura 1 foram as seguintes:

- O que ocorreu em 2007 e 2009 para a distribuição de riqueza dos empregados baixar respectivamente 16% e 9%?
- Porque o governo teve maior participação na distribuição de riqueza em 2007 e 2009?

- Há relação direta entre a diminuição da participação dos empregados e aumento de participação do governo?
- Existe relação com algum fator externo?
- Porque não esclarecer que o governo e acionista representam a mesma pessoa jurídica interessada?
- Os investimentos efetuados pela CONAB na agricultura são divulgados como terceiros?

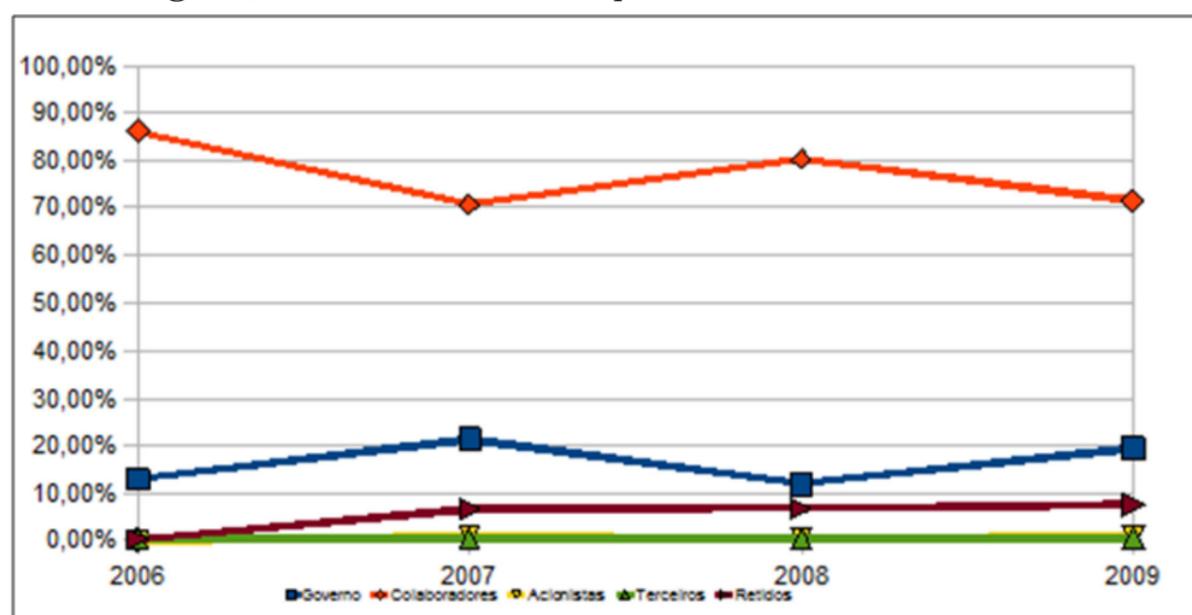
Nenhumas dessas perguntas foram respondidas pela leitura do balanço social. No que tange ao atendimento da NBC T 15 porém, a CONAB atende ao solicitado pela norma, pois divulga a informação solicitada, a DVA. Entretanto, é importante salientar que a NBC T 15 estabelece o mínimo a ser divulgado.

4.2 RECURSOS HUMANOS

Outra exigência da norma são os dados quanto aos Recursos Humanos. Algumas das exigências da norma não foram atendidas, conforme segue:

- remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos;
- gastos com transporte;
- informações relativas a composição de recursos humanos:

Figura 1 - Resultado da geração e distribuição de riqueza



Fonte: Dados pesquisados

- 1 Total de demissões;
- Total de empregados por nível de escolaridade, segregados por:
 - 2 Analfabetos;
 - 3 com ensino fundamental;
 - 4 com ensino médio;
 - 5 com ensino técnico;
 - 6 com ensino superior; e
 - 7 Pós-graduados.
- Informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade:
 - 1 Número de processos trabalhistas movidos contra a entidade;
 - 2 número de processos trabalhistas julgados procedentes;
 - 3 número de processos trabalhistas julgados improcedentes;
 - 4 Vvalor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.

É somente a partir de 2009 que a empresa começou a divulgar os dados relativos ao total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos exigidos pela norma do CFC: menores de 18 anos, de 18 a 35 anos, de 36 a 60 anos, acima de 60 anos.

Pelos dados publicados, foi efetuada a análise horizontal, ou seja, analisada e comparada como foi a alteração desde 2006, tomando-se como parâmetro esse ano.

Apresenta-se um aumento nas despesas com encargos sociais, alimentação, saúde (desde 2006 até 2009), educação, capacitação e desenvolvimento profissional e creches ou auxílio-creche. Somente a capacitação e o desenvolvimento profissional aumentaram em 93% no período analisado. Porém, essa evolução no gasto não foi o suficiente para manter a distribuição da riqueza gerada pela empresa crescente. Ainda assim, em 2007 e 2009 o governo apresentou um crescimento quando se destaca a distribuição de riqueza.

Nos balanços sociais analisados, é apresentada pela empresa sua preocupação com a qualificação de seus colaboradores. No Balanço Social de 2009, a CONAB deixa claro que investe no acesso dos empregados a novos conhecimentos por reconhecer a melhoria da qualidade do trabalho e do bem-estar, aumentando a produtividade e eficiência. Somente em 2009, um total de 3.664 treinamentos foi registrado.

Outro item analisado quanto ao corpo funcional da empresa é a sua qualificação técnica. Fica a seguinte pergunta sem resposta na análise desses dados: como a CONAB consegue atender à necessidade de qualificação de seus colaboradores se não as conhece? Não se pode afirmar que a CONAB não tem conhecimento desses dados, porém, caso os tenha, não deveria, de forma alguma, subtraí-lo das demonstrações.

Segundo o Balanço Social de 2009, a CONAB possui projetos para incentivar seus colaboradores a participarem de treinamentos:

- Jornada reduzida de 6 horas corridas no período letivo;

Tabela 1 - Investimentos Sociais entre 2007-2009

| RESULTADOS | AH | 2009 | AH | 2008 | AH | 2007 |
|---|--------|--------|---------|--------|---------|--------|
| Encargos sociais | 51,49% | 75.581 | 31,83% | 65.776 | 11,92% | 55.838 |
| Alimentação | 65,12% | 37.587 | 38,01% | 31.416 | 12,40% | 25.586 |
| Previdência privada | 31,24% | 24.662 | 22,04% | 22.932 | 16,18% | 21.832 |
| Saúde | 59,65% | 19.005 | 24,70% | 14.844 | -3,55% | 11.482 |
| Segurança e medicina do trabalho | 58,28% | 239 | 537,75% | 963 | 457,62% | 842 |
| Educação (excluídos os de educação ambiental) | 40,79% | 787 | 48,84% | 832 | 17,17% | 655 |
| Capacitação e desenvolvimento profissional | 93,27% | 2.700 | 52,33% | 2.128 | 25,20% | 1.749 |
| Creches ou auxílio-creches | 21,17% | 2.318 | 5,49% | 2.018 | -8,31% | 1.754 |

Fonte - Adaptada dos relatórios da pesquisa

- auxílio financeiro de até 70% do custo (este itens referem-se a curso de graduação e pós graduação *stricto e lato sensu*);
- ajuda financeira de 50% para cursos de língua estrangeira;
- projeto Graduar para Trabalhar (cursos de alfabetização, pós-alfabetização, ensino fundamental e médio) na matriz e algumas regionais;

Nas demonstrações analisadas, a empresa deixa clara a sua relação com bases sindicais, respeitando as convenções da Organização Internacional de Trabalho – OIT. Também, respeita o indivíduo, não permitindo o trabalho infantil, estendendo o compromisso para os terceirizados. Por ter conhecimento que esse tipo de desrespeito acontece no campo, esclarece que colabora com o governo quanto à questão no campo, na implementação de programas de geração de renda e emprego para agricultores familiares.

Também esclarece em todas as demonstrações analisadas que não pratica o trabalho forçado ou análogo ao escravo, estendendo sua preocupação com aqueles que são seus fornecedores ou prestam terceirização de serviços, para que ninguém com relação à empresa suprima a liberdade do ser humano.

Os investimentos em medicina e segurança no trabalho também apresentaram crescimento, conforme se pode observar na tabela acima. Os acidentes de trabalho foram de 31, 39, 20 e 41 em, respectivamente, 2009, 2008, 2007 e 2006 (Balanço Social, 2009). Importante perceber que houve uma diminuição de acidentes no período analisado, mesmo tendo aumentado o fator de risco, ocasionada pelo aumento da idade média dos empregados e do maior ritmo operacional vivido em 2009 (Balanço Social, 2009).

Entendemos que a CONAB atendeu parcialmente à solicitação da NBC T 15.

4.3 INTERAÇÃO DA ENTIDADE COM O AMBIENTE EXTERNO

O terceiro item da norma refere-se à interação da entidade com o ambiente externo. Este

tópico é dividido em três seções: interação com a comunidade, interação com o cliente e interação com fornecedores.

Quanto ao atendimento do primeiro, a CONAB só atende a um item, a alimentação, segundo as publicações analisadas, o combate a fome e a segurança alimentar. Os percentuais sobre a Receita Líquida foram de 165%, 58%, 14% e 19% respectivamente nos anos de 2009, 2008, 2007 e 2006. Os demais itens foram informados como não tendo nenhum investimento: educação, exceto a de caráter ambiental; cultura; saúde e saneamento; e, por fim, esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária.

Quanto ao atendimento do segundo, interação com clientes, divide-se em: número de reclamações recebidas diretamente na entidade; número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor; número de reclamações recebidas por meio da Justiça; percentual de reclamações de críticas e reclamações atendidas; montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça; e, por fim, ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações.

E relação ao número de reclamações recebidas diretamente na entidade, foi analisado um número crescente, de 3 para 136 em, respectivamente, 2006 e 2009. Não foi encontrada nenhuma explicação da empresa em relação a esse crescimento nas reclamações, portanto não há como saber se houve alguma mudança no critério de acolhimento dessas reclamações ou se a empresa deixou de atender à população por alguns de seus trabalhos. Novamente recaímos na discussão de que para o normativo a empresa cumpriu, porém não de forma satisfatória, pois para quem analisa as publicações parece que o objetivo é informar, independente de a informação estar incompleta. Além disso, no primeiro ano analisado foi atendido 100% dos chamados, enquanto que do último ano analisado foi de 63%.

Os segundo e terceiro itens, número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de

proteção e defesa do consumidor e número de reclamações recebidas por meio da Justiça, foi informado que não houve. Quanto ao montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça e ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações não foi informado, possivelmente por ter os itens anteriores sido zero.

Quanto ao terceiro item, se a CONAB utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores, não foi informado pelo modelo IBASE, porém foi informado na parte textual que a CONAB, a partir de 2008, criou um Programa de Responsabilidade Social e Ambiental da CONAB. Esse programa propõe a implementação de ações voltadas para a conscientização do corpo funcional sobre o significado e a importância do tema e o papel de cada um no processo. Fica implícita a realização de atividades voltadas para a internalização mais efetiva da missão e dos valores institucionais e individuais junto aos principais parceiros, especialmente fornecedores e produtores rurais (Balanço Social, 2009).

Ao que se percebe, a CONAB está preocupada apenas com os quesitos relacionados diretamente ao seu objetivo principal. Porém, como já foi colocado anteriormente, toda empresa tem que se relacionar com o meio ao qual está inserida. No caso, a CONAB não faz investimento em educação, cultura, saúde e saneamento, esporte e lazer. Por ser empresa pública, teria que participar ativamente na sociedade, o que pelo que demonstra em seu Balanço Social, não o faz.

4.4 INTERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

Na interação com o meio ambiente, são analisados os seguintes aspectos:

- Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
- investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;

- investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
- investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
- investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
- quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
- valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
- passivos e contingências ambientais.

O único item informado foi o primeiro, investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente, o qual não teve nenhum investimento. Os demais, não foram informados no modelo IBASE. Quanto ao tema relacionado ao meio ambiente, na parte textual a CONAB faz alguma menção, a partir da demonstração de 2008, porém de forma insuficiente ao exigido pelo normativo. Pois coloca as ações de forma descritiva, porém não quantitativa.

CONCLUSÕES

A CONAB publica o Balanço Social, o qual tem objetivo de informar a sua responsabilidade social. Porém, é importante salientar que os usuários das informações publicadas são todos aqueles que possuem alguma relação com a empresa, como fornecedores, empregados e governo. A informação apenas apresentada sem explicação pode não ser entendida por esses usuários, pois os fornecedores são pequenos agricultores que não têm, em muitos casos, formação contábil, ou os empregados da empresa, os quais, pelos próprios índices publicados no Balanço Social são formados por pessoas sem formação superior, inclusive em contabilidade. Não basta apenas cumprir a norma, é preciso verificar se o usuário consegue entender a publicação. Um exemplo disso é a DVA, que cumpre a NBC T 15, porém não explica o seu resultado.

Há também os aspectos de cumprimento da legislação, porém com dados “zero”, ou seja, informa, porém o dado informado não é positivo para a empresa e para a sociedade. No item de Geração e Distribuição de Riqueza, as informações referentes aos investimentos em educação, cultura, saúde e saneamento, esporte e lazer, que atende ao terceiro requisito da legislação são exemplos de informação que repercutem negativamente para a empresa. Isso a afasta da sociedade e, por mais que compareça nos programas sociais, não é o suficiente para ser considerada uma empresa socialmente responsável.

Quanto aos recursos humanos, a CONAB está publicando os dados parcialmente ao exigido pela NBC T 15, deixando apenas a desejar no que tange à remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos, informações relativas à composição de recursos humanos quanto a demissões, total de empregados por nível de escolaridade e informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade. Esta última, que é dividida em quatro itens, não foi atendida em nenhum.

Outro indicador que não possui índice nas demonstrações analisadas foi a interação com o meio

ambiente. Essa exigência teve a informação, porém pode-se perceber que a empresa não está preocupada com o meio ambiente, pois não investe nessa área. O que se pode perceber, a partir de 2008, é que a CONAB descreve algumas atividades efetuadas pela matriz e algumas de suas filiais, porém não há uma preocupação unificada em exercer uma atividade ambientalmente correta pela empresa imposta para seus colaboradores, fornecedores e afins. Além disso, a CONAB demonstra que não investiu nessa área, apesar de descrever atividades.

Pelo exposto, a pesquisa constata que a empresa tem muitos quesitos que não cumprem o disposto na NBC T 15. No que se refere à Geração e à Distribuição de Riquezas, pode incluir algumas informações explicativas para que ajude o usuário a concluir aspectos que devam ser ressaltados. As informações de Recursos Humanos aderiram melhor ao exigido pela NBC T 15, faltando informar alguns dos itens exigidos. Em relação à interação da entidade com o meio ambiente externo, a empresa não publicou alguns dos investimentos exigidos. Quanto à interação da entidade com o meio ambiente, falta cumprir a norma em sua integralidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. C. S.; et al. **Efeito da Conduta Social sobre a Performance Econômica: Evidências da Indústria Têxtil Brasileira.** Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 119-142, jan./mar. 2009.

AZEVEDO, T. C.; CRUZ, C. F. **Balço Social como Instrumento para Demonstrar a Responsabilidade Social das Entidades: Uma Discussão Quanto à Elaboração, Padronização e Regulamentação.** Pensar Contábil, Rio de Janeiro, v. 8, n. 34, 2006.

BEUREN, I. M. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2006.

_____; et al. **Adequação da Evidenciação Social das Empresas de Capital Aberto no Relatório da Administração e Notas Explicativas às Recomendações da NBC T 15.** RCO – Revista de Contabilidade e Organizações, São Paulo, v. 8, n. 4, p.47-68, 09 out. 2010. Janeiro - Abril.

BRAGA, J. P.; et al. **Percepção dos Profissionais de Contabilidade acerca do Balço Social: Evidências Empíricas.** Revista de Contabilidade da UFBA, Salvador, v. 2, n. 2, p.72-85, 2008.

BRASIL. **Companhia Nacional de Abastecimento.** Relatório de Gestão, 2009. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=23&t=1>>. Acesso em: 05 abr. 2011.

CALIXTO, L. **Responsabilidade Socioambiental: Pública ou Privada?** Revista Contabilidade Vista e Revista, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 123-147, jul./set. 2008.

CARVALHO, F. M.; SIQUEIRA, J. R. M.; **Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais e Empresas Latino-Americanas**. Pensar Contábil, Rio de Janeiro, v. 9, n. 38, 2007.

CASTRO, F. R. A.; SIQUEIRA, J. R. M.; KUBRUSLY, L. S. A influência da Responsabilidade Social Corporativa no comportamento do consumidor na Cidade do Rio de Janeiro. In: **Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, 31., 2007, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

CAVALCANTI, M. **Gestão social, Estratégias e parcerias: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o terceiro setor**. São Paulo: Saraiva, 2008.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (Brasil) (Ed.). Resolução CFC nº 1.003/04. NBC T 15 – **Informações de Natureza Social e Ambiental Publicada em 06/09/2004**. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/001003>. Acesso em: 01 fev. 2011.

EUGÊNIO, T. **Avanços na divulgação de informação social e ambiental pelas empresas e a teoria da legitimidade**. Revista Universo Contábil, Blumenau, v. 6, p.102-118, jan. 2010.

FREY, M. R.; MARCUZZO, J. L.; OLIVEIRA, C. **O balanço social como ferramenta de transparência para o Setor público municipal**. Revista Universo Contábil, Blumenau, v. 4, n. 2, p. 75-92, abr./jun. 2008. Quadrimestral.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HEERDT, M. L.; LEONEL, V. **Metodologia Científica e da Pesquisa: livro didático**. 4. ed. rev. e atual. Palhoça: UnisulVirtual, 2006.

INSTITUTO ETHOS (Brasil). **O instituto Ethos**. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/31/o_instituto_ethos/o_instituto_ethos.aspx>. Acesso em: 25 maio 2011.

INSTITUTO ETHOS. **Guia para Elaboração do Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade 2007**. Coordenação de Ana Lucia de Melo Custódio e Renato Maia. São Paulo, Instituto Ethos, 2007.

KROETZ, C. E. S. **Balanço Social: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

MACEDO, M. A. S. et al. **Análise Comparativa do Desempenho Contábil-Financeiro de Empresas Socialmente Responsáveis**. Pensar Contábil, Rio de Janeiro, v. 11, n. 43, p.15-24, 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, C. M. F.; BERNARDO, D. C. R.; MADEIRA, G. J. **Origem e evolução do balanço patrimonial no brasil**. Contabilidade Vista e Revista, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p.105-116, 2002.

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social – Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999

RODRIGUES, R. M. **Pesquisa Acadêmica: como facilitar o processo de elaboração de suas etapas**. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOLIN, A. D.; FREY, M. R. **O papel do balanço social na gestão empresarial**. Contabilidade Vista e Revista, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p.61-81, Não é um mês valido! 2005.

SILVA, C. A. T.; FREIRE, F. S. Balanço social abrangente: um novo instrumento para a responsabilidade social das empresas. In: **Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, 25., 2001, Campinas. Anais... Campinas: ANPAD, 2001.

SOUZA, Marcos Antonio de; RÁSIA, Kátia Arpino; JACQUES, Flávia Verônica da Sílvia. **Evidenciação de informações ambientais pelas empresas integrantes do índice de sustentabilidade empresarial**

- ISE. Revista de Contabilidade e Controladoria, Curitiba, v. 2, n. 1, p.51-139, 01 jan. 2010. Trimestral.
- SPERS, V. R. E.; SIQUEIRA, E. S. **Responsabilidade social: conceitos, experiências e pesquisas**. Itu, São Paulo: Ottoni Editora: 2010.
- TINOCO, J. E. P. **Balço social – Uma abordagem sócio-econômica da contabilidade**. Dissertação de mestrado – Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo: FEA/USP, 1984.
- TORRES JR, F.; SILVA, F. R. **Balço social: instrumento de evidência dos objetivos sociais**. Pensar Contábil, Rio de Janeiro, v. 10, n. 39 , p. 36-42, mar. 2008.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Danmiel Gassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.